

Ecko morreu: regulação do urbanismo miliciano e controle das forças policiais

O modelo repressivo, baseado em operações policiais, apenas produz mortes, em sua imensa maioria de negros, pobres e moradores de favelas, e não desarticula os grupos armados

Daniel Hirata e Diogo Lyra
23 de junho de 2021

WALLACE SILVA/FOTOARENA/FOLHAPRESS



Segundo o governador Cláudio Castro, a morte de Ecko foi "a maior vitória da segurança pública nos últimos tempos"

Recentemente, a morte de Wellington da Silva Braga, conhecido como Ecko, foi anunciada pelas autoridades políticas e policiais do Rio de Janeiro como uma grande vitória frente às milícias. As fotos divulgadas para a imprensa mostram seu corpo alvejado e coberto com sangue e parecem querer transmitir uma mensagem triunfal. Nas palavras do próprio governador Cláudio Castro, aquele era um "dia histórico", que transmitia o aviso de que ele não teria "leniência com traficante ou miliciano". O espetáculo da morte, performado pelo governador, oculta um fato notório: o enfrentamento estrutural do problema das milícias, como de outros grupos armados, vai muito além de ações exclusivamente repressivas.

De fato, o chamado bonde do Ecko é a maior dentre as muitas milícias presentes no Estado do Rio de Janeiro, que em seu conjunto já controlam 57,5% do território da cidade, onde moram mais de dois milhões de pessoas. Nesse extenso controle territorial e populacional, milicianos atuam em mercados criminais importantes como o tráfico de armas, drogas e roubos, mas boa parte do seu lucro vem de negócios situados em uma zona de penumbra entre legalidade e ilegalidade, onde situam-se o mercado imobiliário, o transporte coletivo, os serviços de lixo, água, luz e o fornecimento de gás de cozinha – fenômeno que vem sendo caracterizado como "urbanismo miliciano". É preciso enfatizar que nenhum desses mercados urbanos poderia ser explorado de forma ilegal e coercitivamente monopólica não fosse a conivência, quando não a participação direta de diferentes agentes do Estado associados a esses serviços e equipamentos urbanos, como empresários, políticos e membros do poder judiciário.

Por isso, é evidente que parte do enfrentamento às milícias consiste justamente na prisão dos membros dessa rede miliciana, especialmente os que ocupam posições destacadas, como era o caso de Ecko. Entretanto, quando isso é feito de forma pontual e descontínua, o impacto na desestruturação dessas redes é quase nulo. O esforço mais sistemático em prender diferentes atores dessas redes milicianas se deu em 2008, por ocasião da CPI das Milícias, presidida pelo então deputado estadual Marcelo Freixo. À época de sua conclusão, mais de 200 pessoas foram indiciadas ou presas, dentre elas alguns dos predecessores de Ecko, como o vereador Jerominho e seu irmão, o deputado estadual Natalino Guimarães. Mas a descontinuidade do excelente trabalho realizado pela CPI das Milícias permitiu a expansão desses grupos. Isto porque as disputas e negociações que se sucederam à prisão ou morte dessas lideranças, via de regra, produziram novas articulações graças aos arranjos políticos e econômicos do urbanismo miliciano, que dão sustentação ao conjunto da rede.

Para enfrentar tais arranjos políticos e econômicos, a regulação de mercados marcados pelo urbanismo miliciano seria uma alternativa mais eficiente e com menos impactos letais que as ações puramente repressivas que historicamente caracterizam a atuação das autoridades fluminenses. Assim, o estado do Rio de Janeiro e os municípios que o compõem deveriam estabelecer uma efetiva capacidade regulatória dos mercados fundiários, de transporte e de provimentos de serviços e equipamentos urbanos. No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, o Plano Diretor, que se encontra em processo de revisão, poderia ser uma arena de debates com vistas a encontrar instrumentos efetivos para o enfrentamento da urbanização miliciana. Existem desafios evidentes, como, por exemplo, atuar na regularização fundiária e legalização de imóveis sem que o direito à moradia seja violado. Mas propostas e pessoas qualificadas para enfrentar esse desafio esbarram na falta de diálogo com as autoridades municipais, o que tem impedido o avanço de uma agenda propositiva sobre o tema.

Já no âmbito do governo estadual, a brutalidade nas operações policiais, ineficazes para o enfrentamento das facções do tráfico de drogas e ainda menos efetivas com relação ao urbanismo miliciano, continua sendo a única estratégia utilizada pelo governador e suas polícias. O modelo que parece servir de inspiração se baseia na velha lógica de guerra ao crime e da disposição ilimitada sobre a vida, características de formas de governo autoritárias. Cláudio Castro ainda era governador interino quando, em outubro do ano passado, uma emboscada da PCERJ contra milicianos matou 14 pessoas em Itaguaí. Agora, já efetivado, a operação que terminou com a morte de Ecko se consumou de forma tão costumeira quanto bizarra, sob custódia e dentro da viatura policial.

O Rio de Janeiro ainda vive sob o impacto da chacina comandada pela CORE no Jacarezinho, a operação policial oficial mais letal da história, com 28 mortos. Ainda sob os efeitos traumáticos da chacina do Jacarezinho, a população teve que se defrontar com a morte de Kathlen Romeu, mulher negra, de 22 anos, grávida, alvejada com um tiro de fuzil da PMERJ. Na última sexta-feira, Thiago da Conceição, um jovem de 16 anos, foi morto dentro de casa, sob circunstâncias ainda pouco claras, mas no bojo de mais uma operação da PCERJ.

O modelo repressivo e baseado em operações policiais apenas produz mortes, em sua imensa maioria de negros, pobres e moradores de favelas, e é absolutamente ineficaz no que tange à desarticulação dos grupos armados que pretende combater. Sem atuar sobre as bases políticas e econômicas desses grupos, que permanecem intocadas, a polícia só tem a oferecer novos cadáveres – como o de Ecko ou dos 28 mortos no Jacarezinho. Não há mais tempo a perder. É imperativo que o controle do crime se faça em coadunação com o controle democrático da atividade policial. Enquanto o Ministério Público e o Poder Judiciário não estiverem abertos à sociedade civil e continuarem cúmplices do arbítrio totalitário das polícias, todo o resto já estará perdido de partida.

Daniel Hirata

Professor de sociologia e coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)

Diogo Lyra

Coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF)

<https://fontesegura.org.br/multiplas-vozes/es7ha8vtaa>

